



Opiniões  
de Acadêmicos  
Brasileiros  
sobre a China

Brazilian Scholars'  
Views on China

Tiejun Gu  
*Organizador*

  
**UFRGS**  
EDITORA



Instituto  
Confúcio  
UFRGS



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO  
GRANDE DO SUL

---

Reitor

**Rui Vicente Oppermann**

Vice-Reitora e Pró-Reitora  
de Coordenação Acadêmica

**Jane Fraga Tutikian**

---

EDITORA DA UFRGS

Diretor

**Alex Niche Teixeira**

Conselho Editorial

**Álvaro R. C. Merlo**

**Augusto Jaeger Junior**

**Enio Passiani**

**José Rivair Macedo**

**Lia Levy**

**Márcia Ivana de Lima e Silva**

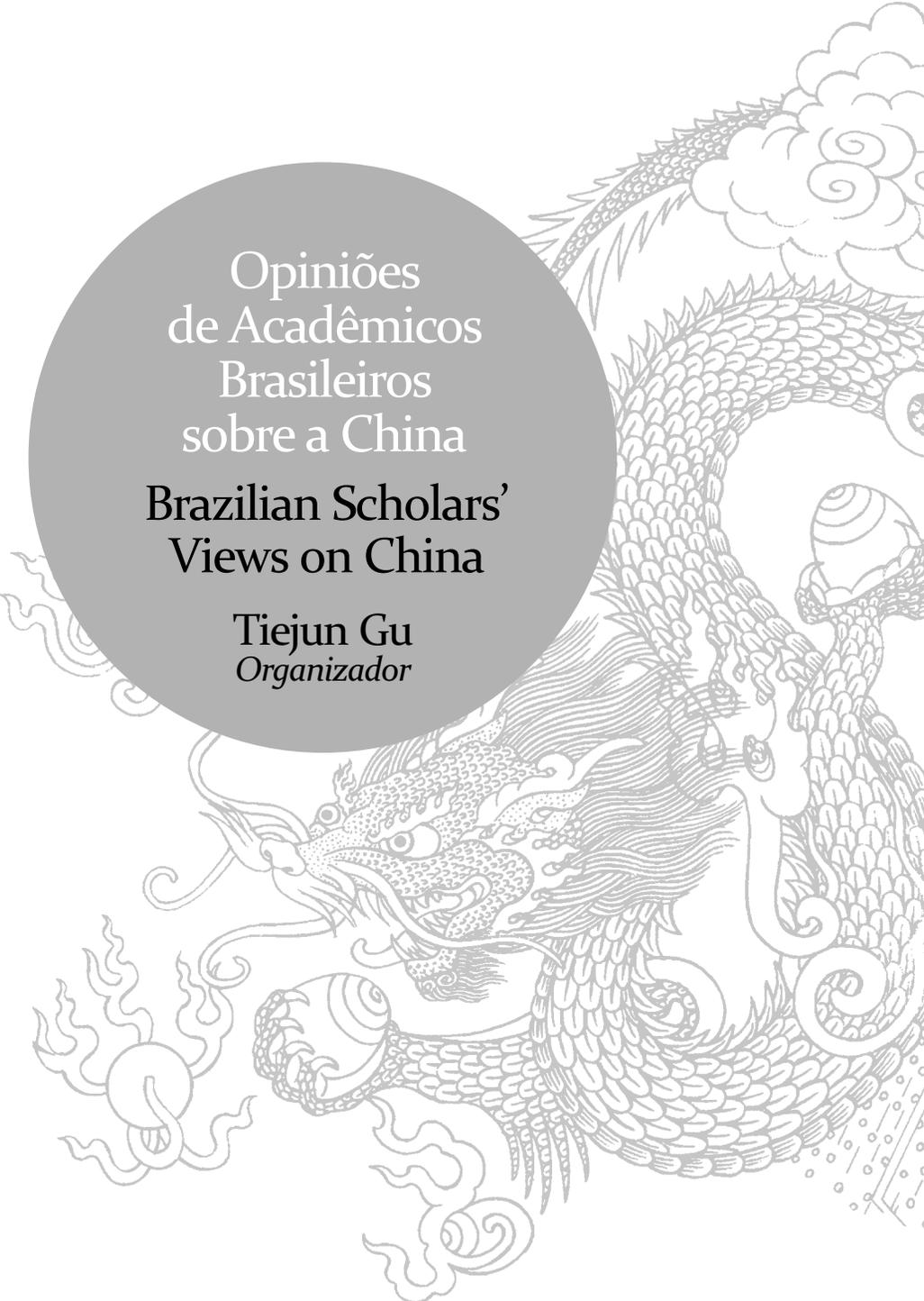
**Naira Maria Balzaretto**

**Paulo César Ribeiro Gomes**

**Rafael Brunhara**

**Tania D. M. Salgado**

**Alex Niche Teixeira**, presidente



Opiniões  
de Acadêmicos  
Brasileiros  
sobre a China

**Brazilian Scholars'  
Views on China**

**Tiejun Gu**  
*Organizador*

© de Tiejun Gu e Antonio Domingos Padula  
1ª edição: 2019

Direitos reservados desta edição:  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto  
Revisão: Carlos Batanoli Hallberg  
Editoração eletrônica: Carlos Batanoli Hallberg



---

O618 Opiniões de acadêmicos brasileiros sobre a China = Brazilian scholars' views on China / organizador Tiejun Gu. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/Instituto Confúcio UFRGS, 2019.  
328 p. il. ; 16x23cm

Textos em português e inglês.

Inclui figuras, mapas e quadros.

Inclui referências e apêndices.

1. Relações Internacionais. 2. Política externa. 3. Relações bilaterais – Brasil – China. 4. Relações econômicas – China – América Latina. 5. Economia – China. 6. Investimentos China – Brasil. 7. Desenvolvimento econômico – China. 8. Língua chinesa. I. Gu, Tiejun.

CDU 327(81:510)

---

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.  
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0499-0

A “LONGA MARCHA” QUE PRECEDEU  
O DESENVOLVIMENTO CHINÊS

Paulo Fagundes Visentini





Nenhum “Grande Salto” pode ser dado com sucesso sem uma preparação prévia, sem uma “Longa Marcha”. Milhares de livros e artigos têm sido escritos tentando compreender o desenvolvimento chinês a partir de seus aspectos internos e externos contemporâneos. Todavia, pouca atenção tem sido dada a fatores anteriores à política modernizadora de reformas e abertura, que lhe serviram de base. Nesse contexto, existem quatro elementos que a viabilizaram, os quais devem, necessariamente, ser considerados: 1) a *tradição histórica* (elemento civilizacional); 2) a *revolução socialista* (recuperação da soberania e reorganização social e estatal); 3) a *industrialização prévia* (socialista, e a desconhecida cooperação com o Japão); e 4) a *aliança com os Estados Unidos* (que garantiu o ingresso na ONU e a reinserção no concerto das nações).

Sem esses elementos não teria havido uma bem-sucedida e sustentada estratégia de desenvolvimento após 1979, pois entre as Guerras do Ópio e a proclamação da República Popular da China houve 160 anos ininterruptos de conflitos internos e externos, que extenuaram o país. Sem a coesão societária e cultural e a continuidade histórica do Estado, teria havido uma desintegração irreversível, como ocorreu em outras nações durante o colonialismo. E o contato com as potências ocidentais permitiu, dolorosamente, conhecer o mundo exterior e seus perigos. Já a Revolução, que construiu um regime socialista (centralizado como no Império), garantiu a recuperação da soberania nacional, reorganizou a

---

Paulo Fagundes Visentini é professor titular de Relações Internacionais na UFRGS, coordenador do Nerint, pesquisador do CNPq e editor da Austral: Brazilian Journal of Strategy and International Relations. E-mail: paulovi@ufrgs.br.

sociedade e reestruturou um Estado transformado, que constituíam condições indispensáveis para um desenvolvimento autônomo.

Apesar dos experimentos organizativos, muitas vezes desastrosos, e das lutas internas entre as três correntes do Partido Comunista da China (PCCh),<sup>1</sup> houve uma industrialização básica em setores essenciais. A nação não partiu do zero, como a Coreia do Sul, quando lançou a extroversão do seu desenvolvimento. E durante a crise do petróleo, de 1973 a 1978, ocorreu uma original cooperação mutuamente vantajosa com o Japão, que sequer tinha relações diplomáticas com a China. Por fim, a aliança sino-americana iniciada em 1971 permitiu ao país romper com as sanções e o isolamento internacional, bem como receber investimentos e facilidades comerciais dos Estados Unidos. Sem conhecer essas bases prévias, as análises focadas apenas na atualidade podem ser equivocadas e suas previsões, pouco confiáveis.

## **A civilização chinesa e a percepção do mundo exterior**

A civilização chinesa possui mais de quatro milênios de história com notável continuidade. O país só foi ocupado por um curto período pelos mongóis (que foram sinizados) durante a Idade Média. Desde suas origens remotas o Estado chinês foi caracterizado pela ênfase na centralização político-administrativa, na homogeneidade, na estabilidade e na continuidade. A necessidade de gigantescos trabalhos hidráulicos para conter as cheias dos rios e estabelecer um complexo sistema de irrigação, construção de canais e de silos para armazenamento de cereais, bem como organizar a defesa contra as invasões de povos nômades (como a construção da Grande Muralha) representam os fundamentos de tais fenômenos.

A China sempre se caracterizou por um sincretismo religioso, que absorveu e sinizou as religiões que penetraram no país, como o budismo e o islã. Além de simples cultos aos antepassados, geralmente de caráter familiar, a China pouco tem de religiosidade, sendo considerada uma

---

<sup>1</sup> A da industrialização de tipo soviética, a camponesa maoísta e a reformista de Deng Xiaoping.

civilização com traços laicos. Em grande parte isto se deve à filosofia confuciana, um conjunto de normas de comportamento social, que ocupa parte do espaço que caberia às crenças religiosas. Ainda que pregando a obediência hierárquica familiar e política, o confucionismo considera legítimo que o povo se revolte contra o poder constituído, quando o Imperador não mais trabalha pelo bem da sociedade, o qual perde, assim, o Mandato do Céu. Cabe ressaltar que na China, e no conjunto da Ásia, a noção de indivíduo encontra-se subordinada à de coletivo.

Quando o centro político se enfraquece e ocorre uma crise que gera conflitos e produz a derrubada da dinastia imperial, segue-se um período prolongado de caos, fragmentação e conflitos. Toda a sociedade é afetada, do palácio imperial à mais remota e humilde aldeia, dos poderosos mandarins e nobres aos simples camponeses. Os confrontos que se seguem, por sua vez, acabam criando condições para a emergência de uma nova liderança que, assim, recebe um novo Mandato do Céu e estabelece uma nova dinastia. O poder local da nobreza tendeu a ser contrabalançado pela centralização e pela existência de uma burocracia profissional (os mandarins), cujos membros eram recrutados através de um exame universal, aplicado em todas as regiões.

A introdução do cultivo do arroz, oriundo do sul, além da segurança e da organização das reservas alimentícias, permitiu o aumento da população e uma expansão rumo ao sul, até o norte do Vietnã. No espaço assim formado, as grandes planícies fluviais constituem o *locus* da civilização chinesa, que não teve necessidades materiais para conquistas territoriais. Considerava-se o Império do Centro, bem delimitado pelo oceano, pelas estepes e desertos do norte, pelas montanhas do Himalaia e pela floresta tropical ao sul. Além desses territórios viviam os “bárbaros”, muitos dos quais tentavam invadir a próspera China sempre que sofriam alguma crise alimentar, eram pressionados por outras migrações, quando o Império se encontrava enfraquecido ou quando simplesmente conseguiam ter força e organização suficiente para tal.

Para lidar com tal situação, um forte exército munido da avançada tecnologia ou obras defensivas como fortes e a Grande Muralha não era

suficiente. Somente fazendo com que esses povos adotassem a cultura chinesa e reconhecessem sua superioridade haveria paz e estabilidade. Assim nasceu o sistema tributário em torno do Império. O tributo (as vezes de valor apenas simbólico) tinha como principal objetivo fazer com que o dirigente dos povos vizinhos ou seus representantes, anualmente, comparecessem perante o imperador e se ajoelhassem três vezes diante dele, numa cerimônia em que sua superioridade era reconhecida.

Manchus, mongóis, uigures, tibetanos e outros não eram explorados pela China, mas a ela se associavam, inclusive desempenhando certos papéis no Império (cavalaria mongol, oficiais manchus, sacerdotes tibetanos, comerciantes uigures). Tais relações tributárias eram consolidadas com uma política de casamentos entre nobres e príncipes chineses com seus congêneres das regiões periféricas do Império. Os mongóis conquistaram o Império, foram sinizados e constituíram uma importante dinastia. Os Qing, a última dinastia, que governou a China de 1644 a 1911, era manchu. Já a Coreia, o Vietnã e o Japão faziam parte da esfera de influência cultural confuciana, mas o último manteve-se isolado e praticamente não esteve associado ao sistema tributário.

Nos séculos XVII e XVIII, a China havia sido um poderoso império feudal que mantinha como vassalos inúmeros territórios vizinhos. O comércio externo era limitado ao máximo e controlado por um funcionário em portos do sul da China, com poucos estrangeiros autorizados. Na verdade, a China não necessitava da importação e sua política de isolamento tinha o propósito de preservar o país de influências e perigos externos. Todavia, isso contribuiu para acentuar a estagnação e seu atraso em relação aos países capitalistas industriais e impedia os dirigentes de conhecerem a força dos outros países. Na primeira metade do século XIX, com o desenvolvimento industrial da Europa, ela aspirava a converter a China em um espaço de exploração colonial.

Por volta de 1820, começou a crescer o contrabando de ópio, controlado pela Companhia das Índias Orientais Britânica. Os impostos sobre o cultivo e o tráfico do ópio proporcionaram grande lucro a ela e financiavam as importações de produtos da China. O governo chinês sabia

das consequências fatais da importação do ópio, que minava a saúde do povo, corrompia os costumes e arruinava o artesanato, drenava a riqueza para o exterior e prejudicava a disciplina no exército e dos funcionários. Em 1839, um comissário imperial em Cantão, encarregado de tomar medidas contra o tráfico e o consumo de ópio, confiscou e destruiu 20 mil caixas do produto.

A ação desencadeou a Primeira Guerra do Ópio (1839-1842), na qual a China foi derrotada, cedeu Hong Kong e comprometeu-se a pagar indenização milionária. Em 1844, Estados Unidos e França deram continuidade ao estabelecimento de Tratados Desiguais com a China. As agressões externas desorganizavam a economia, aumentando a pobreza e os conflitos internos. Nas décadas de 1850 e 1860 foi sacudida pela gigantesca revolta camponesa dos Taiping, que ocupou metade do país, obrigando o governo a pedir ajuda ocidental, ao custo de mais concessões. A Dinastia manchu dos Qing estava perdendo o Mandato Celeste.

Em 1872 o Japão, recém industrializado, ocupou as ilhas Ryukyu e, com a vitória deste sobre a China em 1894-1895, esta perdeu a Coreia e Formosa. As reações antiocidentais, fomentadas pela enfraquecida Dinastia manchu, como a Revolta dos Boxers em 1900, apenas acarretaram intervenções ainda maiores das potências ocidentais, com mais concessões comerciais e de extraterritorialidade, bem como novas perdas territoriais. O Império estava pressionado interna e externamente, enquanto o universo chinês mergulhava no caos e guerras civis e externas que ainda durariam muitas décadas. A lição era clara: o isolamento causou fraqueza, que atraiu a cobiça colonial.

## **A “Longa Marcha” da Revolução Chinesa**

Em 1911 foi derrubado o Império e proclamada a República, com a nação mergulhando na anarquia dos Senhores da Guerra, que dominavam as províncias. Dois projetos buscavam a reorganização da nação: o Partido Kuomintang (KMT, Partido Nacional), pró-Occidental, e o PCCh, fundado em 1921. Depois de se aliarem para unificar o país, eles

se enfrentaram em Guerra Civil, de 1927 a 1936, quando voltaram a se aliar, agora contra o Japão, que havia ocupado a Manchúria em 1931 e, em 1937, invadiu e conquistou a parte mais rica e povoada da China (o litoral e os vales fluviais), só sendo derrotado em 1945, com os bombardeios atômicos em Hiroxima e Nagasaki.

Mas com o fim da II Guerra Mundial houve tentativas dos EUA e da URSS para a formação de um governo de coalizão chinês, mas tanto o KMT como o PCCh não o desejavam. Ambos acreditavam ter força para vencer e eliminar o adversário, e logo se reiniciaram os choques entre os dois grupos. Sucederam-se tentativas de mediação patrocinadas pelos EUA e pressões soviéticas sobre os comunistas para que formassem um governo de unidade com os nacionalistas. Em 1946-1947 o KMT avançou e dominou as cidades em mãos dos comunistas no norte. Mas embora Chang Kai-Chek tivesse preservado suas forças durante a guerra mundial, visando a eliminar o PCCh, subestimava o fato de que Mao Zedong ganhara o apoio dos camponeses e havia crescido no plano militar.

Apesar da falta de apoio soviético, em 1947-48 Mao conquistou várias cidades importantes e avançou para o sul. Com o agravamento da Guerra Fria na Europa, a URSS decidiu apoiar os comunistas chineses para completarem sua revolução. O KMT e a elite chinesa se refugiaram então na província insular de Taiwan (Formosa), onde permaneceram protegidos pela VII Frota norte-americana, enquanto Mao Zedong proclamava a República Popular da China (RPC) (1º de outubro de 1949). A vitória comunista na China representava para a diplomacia americana um sério revés, pois o país era o principal aliado de Washington na região da Ásia Oriental. Mas a China do KMT continuou a ser reconhecida pela maioria da comunidade internacional e a ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Durante os anos 1950 a China manteve uma estreita aliança com a União Soviética, pois necessitava ajuda econômica para a reconstrução e proteção militar, uma vez que haviam forças hostis na Coreia (onde a China lutou em 1950-1953), Taiwan, Indochina e um exército do KMT permanecia na fronteira da Birmânia. O Tibete foi reocupado em 1950,

mas o poder feudal dos Lamas foi mantido. Contudo, a reforma agrária e a emancipação dos servos e escravos, promovida pelas autoridades chinesas em 1959, produziram uma revolta e o êxodo da elite tibetana, que se instalou no norte da Índia, que tinha interesse no Tibete.

A maioria dos países que reconheceram diplomaticamente a RPC eram socialistas. Apesar da Índia também haver reconhecido o governo comunista, as relações foram se tornando difíceis, pois em função da rivalidade com a URSS de Krushov (desde 1956), passou a haver uma espécie de triângulo estratégico, tendo havido, inclusive, uma breve guerra de fronteira sino-indiana em 1962. O contencioso entre os gigantes comunistas se deveu à proposta de Krushov de estabelecer uma coexistência pacífica com o Ocidente (mantendo a China numa posição subordinada), à imposição de um modelo econômico inadequado, à negação de cooperação atômica e à disputa pela liderança do movimento comunista internacional após a morte de Stalin. A China não desejava ser uma *junior partner* no mundo comunista.

Até o início dos anos 1960, a RPC necessitava enfatizar a sua segurança, pois se tratava de uma revolução ainda não consolidada, com uma economia débil e vivendo uma conjuntura internacional adversa. Foi a época em que a permanência no bloco soviético, apesar de incômoda, afigurava-se como necessária para atingir este objetivo. Houve a reconstrução e uma industrialização acelerada nas grandes cidades, mas a China seguia sendo uma nação agrária. Temendo uma invasão americana ou mesmo soviética, no final dos anos 1959 foi tentado o desastroso Grande Salto à Frente, que representava mais uma estratégia de defesa do que um modelo econômico.

Do início dos anos 1960 aos 1970, a preocupação do PCCh voltou-se para a autonomia e a independência nacional, pois, apesar dos inúmeros problemas, o país lograra estabilizar-se, e a aliança com Moscou mais entravava que auxiliava os planos chineses de tornar-se novamente uma potência de âmbito mundial, politicamente respeitada e economicamente desenvolvida. Houve, então, uma luta pelo poder no Partido, que levou à também desastrosa Revolução Cultural (1966-1971) de Mao,

eliminando a facção pró-soviética, mas isolando e desorganizando o país. Mas a China ganhou independência em relação a sua ex-aliada.

Os *Cinco Princípios da Coexistência Pacífica*, enunciados por Chu En-lai, o fundador da diplomacia da República Popular da China, durante viagem à Ásia meridional, representavam um padrão para as relações internacionais. Os cinco princípios são: 1) respeito mútuo à soberania e integridade nacional; 2) não agressão; 3) não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro; 4) igualdade e benefícios recíprocos; e 5) coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes. Este padrão de conduta internacional foi, desde então, o norteador da diplomacia chinesa, do Movimento Neutralista e foi adotado pelo Movimento dos Países Não Alinhados (fundado em 1961).

A Revolução criou um novo regime, que era percebido pelos camponeses menos instruídos como uma espécie de Nova Dinastia com Mandato do Céu. “A China está novamente de pé e ninguém a fará se ajoelhar de novo”, disse Mao na fundação da RPC, e o povo compreendeu a mensagem. O regime socialista reconstruiu a infraestrutura arrasada pelos longos conflitos, alimentou o povo, ergueu uma indústria pesada e garantiu a independência e a segurança (em relação a inimigos e “amigos”), apesar da vida simples e do isolamento internacional. Essas condições se revelaram fundamentais para o desenvolvimento ulterior.

### **A industrialização socialista (1949-1979) e a cooperação com o Japão (1973-1978)**

Durante a época imperialista foram instaladas na China uma rede ferroviária conectando partes do interior e as grandes cidades e algumas indústrias modernas no litoral. Depois, na fase de dominação japonesa e na fase socialista, essa rede ferroviária foi ampliada e modernizada. Durante a Segunda Guerra Mundial os japoneses instalaram outras indústrias na Manchúria, as quais foram temporariamente confiscadas pelos soviéticos e depois devolvidas. A reconstrução foi a ênfase após a instauração da RPC, mas o país sofreu forte embargo internacional. Nas décadas de

1950 e 1960 o esforço do Estado foi incrementar a indústria dessa região nordeste, que possuía recursos naturais e boa rede de transporte, ao mesmo tempo em que instalava um grupo de grandes empresas industriais vertebrais no eixo Beijing-Tiajing-Tangshn e Langzhou, Wuhan e Xian, buscando uma primeira interiorização do desenvolvimento. Isso foi logrado, inicialmente, com apoio soviético e, depois, com esforço próprio.

Nos anos 1970 a política de instalação de indústrias se voltou para Sichuan, Qinghai, Ningxia e Guizhou. Logo foram instaladas as siderúrgicas em Sichuan e Gansu, ligadas à minas de carvão na região. Um complexo automotriz foi instalado também em Shaanxi, Hunan e Hubei, com a industrialização atingindo o centro do país. É importante notar que este salto foi logrado durante o choque petrolífero, quando o Japão necessitou de petróleo, carvão e mercado para sua produção. Em contrapartida, fez investimentos na modernização de portos, rodovias, ferrovias, minas e prospecção de petróleo, com a China pagando em produtos primários, sem se endividar. Exatamente como a relação que agora tem com a África, só que em termos inversos.

Segundo a sinóloga norte-americana Deborah Brautigam,

O Japão foi dos primeiros a ingressar no fabuloso mercado chinês. Em 1973, assustado com a segurança energética e tentando diversificar os suprimentos depois do primeiro choque petrolífero, o Japão passou a importar petróleo dos campos chineses de Daqin. [...] Em 1978, após anos de árduas negociações os dois países assinaram um acordo de longo prazo, mutuamente benéfico. O Japão ofereceu empréstimos em yen com juros baixos para financiar a implantação de uma indústria de alta tecnologia e insumos para a mesma, que a China pagava em petróleo e carvão. [...] Claramente os dois lados viam isso como uma estratégica parceria tipo 'win-win' (Brautigam, 2009, p. 46-47).

Com o processo de abertura nos anos 1980, o eixo de industrialização foi deslocado para as regiões costeiras do sul, nas Zonas Econômicas Especiais, voltadas prioritariamente à exportação. Posteriormente Xangai foi escolhida como centro de tecnologia de ponta, enquanto a industrialização se deslocava para o noroeste, na região de Xingiang, da minoria

uigur, zona rica em petróleo e gás. Todo o desenvolvimento recente foi obtido à taxas extremamente elevadas, num curto período de tempo, mas partiu de uma base e experiência preexistentes, anteriores à política de abertura e reformas. Como foi visto, pode-se constatar que já havia uma base de desenvolvimento industrial e de infraestrutura *antes* do início das reformas, e que a China já tinha experiência em abertura, no caso com o Japão.

### **A aliança sino-americana e a reinserção da China no sistema da ONU**

Nas primeiras duas décadas após a implantação da República Popular, a China enfrentou significativo isolamento internacional, contando especialmente com o bloco soviético nos anos 1950 e com o Terceiro Mundo na década de 1960. As ameaças representadas, alternadamente, pelas duas grandes potências durante o período, fizeram com que a diplomacia chinesa conferisse máxima prioridade à reinserção do país no sistema da ONU, garantindo uma independência e estabilidade que não dependeria de um “aliado especial” mais poderoso que ela. O arquiteto de tal política foi o patriarca da diplomacia chinesa, Chu En-lai, que sobrepujava o alquebrado Mao, que após a Revolução Cultural se tornara uma figura decorativa.

No início dos anos 1960, a composição e o perfil da ONU haviam sido substancialmente alterados. A *détente* entre os dois blocos (devido ao relativo equilíbrio estratégico), a fissura dentro dos mesmos (com a autonomia da França e da China) e a recuperação da Europa ocidental e do Japão, criaram uma tendência à multipolaridade. Este processo foi, paralelamente, potencializado pela descolonização afro-asiática e pelo advento do nacionalismo latino-americano que, além de darem origem ao Movimento dos Países Não Alinhados, foi responsável pelo ingresso maciço de países do Terceiro Mundo na ONU. Isto não apenas alterou o equilíbrio internacional, como deu à Assembleia Geral das Nações Unidas um outro posicionamento nos assuntos mundiais. A ONU deixava de ser um mero

instrumento norte-americano no contexto da Guerra Fria (temida pela China), para se tornar um fórum e uma arena política complexa, ensejando possibilidade de alianças e composições.

Com o encerramento da Revolução Cultural, um cenário qualitativamente diferente se configurava na RPC, com o progressivo desgaste do maoísmo e a ascensão das estratégias reformistas. No início da década de 1970 o país, face à impossibilidade de permanecer confrontado simultaneamente com as duas superpotências mundiais, alterou radicalmente a sua política externa. É conveniente lembrar que, em 1969, haviam ocorrido conflitos armados de fronteira com a URSS. A reaproximação entre a China e os Estados Unidos poderia forjar uma aliança antissoviética

Assim, em 1971 a China Popular acercou-se dos Estados Unidos (então em dificuldades no Vietnã), através da *Diplomacia do Ping-Pong*, no contexto da Doutrina Nixon. Como decorrência desse realinhamento, a RPC tornou-se membro do CS da ONU (no lugar de Taiwan), além de ter seu regime reconhecido e suas relações normalizadas com os países capitalistas desenvolvidos. Kissinger visitou a China em 1971 e Nixon em 1972. Ao mesmo tempo, encerrava-se o longo ciclo de conflitos internos. O maoísmo com ênfase na luta de classes foi deixado de lado. Mao Zedong morreu em 1976 e o grupo reformista ampliou seu poder, nele emergindo a liderança de Deng Xiaoping.

A base comum de tal cooperação era uma aliança estratégica contra o que a liderança chinesa considerava como “hegemonismo soviético”. Para os EUA representava uma forma de controlar os movimentos de libertação nacional (especialmente o do Vietnã), enquanto para a China a cooperação bilateral envolvia também benefícios econômicos e tecnológicos. Tais relações comerciais, de investimento e de transferência de tecnologia, apesar de atrasadas em relação ao que o Japão já realizara, deram à China a oportunidade de evitar conflitos externos. Mais do que isso, permitiu ao país embarcar na Revolução Científico-Tecnológica quando ela iniciava no Ocidente e, assim, modernizar sua economia e estabelecer vínculos privilegiados com os EUA e a Europa Ocidental.

A nova estratégia diplomática chinesa tinha seu sustentáculo teórico na *Teoria dos Três Mundos*, apresentada por Deng Xiaoping em 1974, na Assembleia Geral da ONU. Segundo tal concepção, EUA e URSS eram agrupados num mundo, os demais países capitalistas desenvolvidos no segundo, e as nações periféricas no terceiro (incluindo a China). Contudo, tal teoria acentuava especialmente a crítica ao “social-imperialismo” soviético. Iniciava-se, assim, a terceira fase da política externa chinesa, caracterizada pela busca da modernização.

A política de abertura e reformas logrou consolidar-se em fins de 1978 e início de 1979, com a adoção das Quatro Modernizações, a normalização com o Japão e o estabelecimento de relações diplomáticas com os EUA. Deng Xiaoping, o novo líder desde a morte de Mao em 1976, defendia um projeto diferenciado, ainda que também fundamentado nas ideias de Chu En-lai. A China agora deixava de ser grande apenas em superfície e população. Ela se tornava uma potência diplomática, inserida na comunidade internacional, e iniciava um processo contínuo de desenvolvimento que, três décadas depois, a transformariam na segunda economia do mundo.

## **Conclusão**

Muitas nações de porte tentaram lançar um processo acelerado de desenvolvimento, melhorando sua posição no sistema mundial, mas poucas conseguiram. Para isso é necessário ter soberania, evitar conflitos internacionais, construir bases econômicas e logísticas prévias e ter um governo estável e capacidade de dissuasão externa. Através dos mecanismos mencionados no artigo, a China logrou construir tais elementos. Sua história e civilização lhe garantiram coesão sociocultural e sua Revolução permitiu reforçar o Estado e a segurança externa, bem como a independência nacional. Também logrou a construção de uma base industrial e de infraestrutura suficientes para avanços posteriores.

Isso foi reforçado com a cooperação econômica com o Japão nos anos 1970 e com a aliança estratégica com os Estados Unidos no mesmo

período. Isso permitiu à China ser uma potência autônoma, inserida no concerto das nações e no comércio mundial. Apesar de sua Revolução ser chamada de “socialista”, a China sabia que estava longe de ter o desenvolvimento necessário para a construção do socialismo. Por isso adotou as reformas modernizadoras, uma controlada abertura externa, a política de “um país, dois sistemas” e o modelo de Economia Socialista de Mercado desde 1979. Tal estratégia partiu das experiências e realizações acumuladas no período anterior.

O desenvolvimento chinês não apenas está recuperando a posição internacional da nação, mas contribuindo para o crescimento da economia mundial e auxiliando a criar uma ordem global multipolar, sem guerras nem hegemônias. Da falida Grécia à marginalizada África, pode-se observar o impacto positivo da cooperação Sul-Sul movida pela China. Contrariando os críticos e detratores, bem como as normas do sistema econômico ocidental em crise, o Dragão Chinês contribui decisivamente para a construção do século XXI para toda humanidade. O seu fracasso foi anunciado muitas vezes, mas como no passado, a China tem agido com prudência e se adaptado continuamente. Um exemplo de que tradição e transformação não são incompatíveis.

## Referências

- ADSHEAD, S. A. M. *China in world history*. London: Macmillan, 2000.
- BRAUTIGAM, D. *The Dragon's gift*. The real story of China in Africa. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- BINJIE, L. *Filosofia de China para el Intercambio con el exterior en el siglo XXI*. Beijing: Ed. en Lenguas Extranjeras, 2006.
- CLEGG, J. *China's global Strategy. Towards a multipolar world*. London/ New York: Pluto Press, 2009.
- DOMENACH, J.-L.; GODEMENT, F. (dir.). *Communismes d'Asie: mort ou métamorphose?* Bruxelles: Complexe, 1994.

- DOMENACH, J.-L.; RICHER, P. *La Chine: de 1971 à nos jours*. Vol. 2. Paris: Seuil, 1995.
- DUNBABIN, J. P. D. *The post-imperial age: the great powers and the wider world*. London/New York: Longman, 1994.
- HARDING, H. *A fragile relationship. The US and China since 1972*. Washington: The Brookings Institution, 1992.
- HUAIWEN, Z. (Comp.). *Years of trial, turmoil and triumph. China from 1949 to 1988*. Beijing: Ed. en Lenguas Extranjeras, 1989.
- FAIRBANK, J. K. *China, una nueva Historia*. Barcelona: Editorial Andrés Bello, 1992.
- JIAN, C. *La China de Mao y la Guerra Fría*. Barcelona: Paidós, 2005.
- LIMA, H.; PEREIRA, D.; CABRAL, S. *China - 50 anos de República Popular*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999.
- MEDEIROS, C. China: entre os séculos XX e XXI. In: FIORI, J. L. (org.). *Estados e moedas, o desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 279-411.
- ROSS, R. (Ed.). *China, the United States and the Soviet Union. Tripolarity and policy making in the Cold War*. Armonk: M.E. Sharpe, 1993.
- SUINIAN, L.; QUNGAN, W. (red.). *Breve historia de la economía socialista de China (1949-1984)*. Beijing: Beijing Informa, 1987.
- THOMPSON, R. C. *The Pacific Basin since 1945. A history of the foreign relations of the Asian, Australasian and American rim states and the pacific islands*. New York: Longman, 1994.
- VISENTINI, P. *As relações diplomáticas da Ásia*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.